

Q Certas coisas já começaram a ser feitas, outras não passam por enquanto de intenção, mas o fato é que o governo pode fazer muito para melhorar as suas contas até o fim de 1996, independente de alterações na Constituição ou de mudanças de rumos na política econômica.

Sonegação — Para cada real arrecadado à Receita Federal, pelo menos um real é sonegado. Nesse aspecto, a Receita está em situação pior do que a Previdência, que é responsável pela arrecadação das contribuições pagas por empresas e trabalhadores. Na área do INSS, estima-se que o índice de sonegação esteja entre 20% e 25%. Nos dois casos, porém, especialistas entendem que é possível elevar a arrecadação, apesar da altíssima carga tributária existente no Brasil (em 1995, para cada R\$ 100,00 produzidos, R\$ 31,00 destinaram-se ao pagamento de impostos federais, estaduais e municipais).

Combate às fraudes — Aqui, há pelo menos dois bons exemplos. É difícil acreditar mas, somente em 1995, o INSS deixou de pagar aposentadoria a mortos. Isso foi possível graças à implantação de um sistema que obriga os cartórios a repassarem imediatamente à Previdência os seus registros de falecimentos. O Ministério da Saúde também tem tentado diminuir as fraudes praticadas pelos prestadores de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da realização de auditorias e da transferência para os municípios da responsabilidade de fiscalizar a aplicação dos recursos federais, entre outras providências.

Dívida ativa — As dívidas dos contribuintes que não pagam as suas obrigações junto à Receita Federal no prazo máximo de 180 dias são inscritas na chamada dívida ativa, primeiro passo para a cobrança judicial desses débitos. Quem cuida disso é a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, onde há no momento 554.702 processos, que representam cerca de R\$ 20 bilhões. Recentemente, a Procuradoria verificou que 56,83% desses processos — todos com valor unitário inferior a mil Ufir (R\$ 828,70) — respondiam por apenas 0,38% do total a receber. Sabiamente, decidiu separar o joio do trigo, retirando-os da Justiça e passando a cobrá-los administrativamente. “Estávamos perdendo tempo com aquilo que nos renderia muito pouco”, explica o procurador-geral, Luiz Carlos Sturzenegger. A tônica agora é acompanhar melhor sobretudo os processos de valor mais alto. Afinal, 2,52% do total de processos representam 85,08% de todo o valor inscrito em dívida ativa.

Melhora da eficiência — O Ministério do Planejamento está começando a montar um banco de projetos. O sistema, a cargo da Secretaria de Planejamento e Avaliação, tem o objetivo de acompanhar de forma sistemática todos os programas governamentais em andamento. Se a idéia der certo, será possível ter uma visão global do que está sendo planejado ou executado, permitindo-se definir e redefinir dotações orçamentárias, além de fiscalizar prazos de construção e custos de obras.